

que - economic p A56
Constituinte já recebeu mais de 50 propostas

Da Sucursal de Brasília

12 ABR 1987



Instalada na semana passada, depois de uma rebelião da bancada nordestina contra a chapa oficial articulada pelas lideranças, a Subcomissão de Tributos da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças do Congresso constituinte já tem 52 propostas para analisar, entre projetos completos de um novo sistema tributário e sugestões isoladas. Na terça-feira será definida uma pauta para os próximos dez dias.

Benito Gama, um baiano de 36 anos, do PFL mas considerado ideologicamente como um político de centro, ex-secretário estadual de Fazenda, foi eleito presidente pela chapa dissidente, apesar de concorrer a segundo vice-presidente pela chapa oficial. Essa dupla candidatura pode sugerir uma votação conciliatória, mas não esconde que a Comissão que fará a reforma tributária começa dividida por interesses regionais.

"Nosso trabalho não terá caráter

Caderno Economico
regionalista", diz Benito Gama, justificando a rebelião nordestina pela necessidade de "equilibrar as forças" na Comissão — que inclui ainda as Subcomissões de Finanças e Orçamento e tem por presidente o carioca Francisco Dornelles, (PFL-RJ) e por relator o paulista José Serra (PMDB-SP).

Com um presidente e um relator (o pernambucano Fernando Bezerra Coelho, do PMDB) do Nordeste, a Subcomissão de Tributos vai levar à Comissão de Sistematização e daí ao plenário da Constituinte, propostas de fortalecimento das transferências constitucionais de recursos. "Há Estados que recebem mais dinheiro do fundo de participação do que arrecadam com ICM", diz Gama, referindo-se ao Fundo de Participação dos Estados, formado com parte da receita do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais.

Aumentar a base dos fundos de participação, para incluir toda a arrecadação federal de impostos, é uma proposta que deverá ser aprovada pela Subcomissão. A preocupação com a saúde financeira dos Estados reflete-se também no que tecnicamente se chama de "base econômica" dos impostos.

"A União hoje tributa toda a base econômica saudável do país, deixando para os Estados e municípios os impostos difíceis de cobrar", diz Benito Gama. Traduzindo, isso significa que poderá haver mudanças na competência de cobrança dos impostos hoje arrecadados pela União, Estados e municípios.

Outra proposta em circulação é a restrição do poder da União de criar impostos disfarçados em empréstimos compulsórios e contribuições sociais (como o Finsocial). "O governo não pode criar impostos para corrigir erros", afirma Gama.

Ele aponta os precedentes: o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) foi criado para resolver problemas conjunturais da política cambial e eternizou-se como fonte de recursos, assim como o empréstimo compulsório sobre a compra e venda de veículos. "E esses impostos não são repartidos pelo governo federal com Estados e municípios", diz o parlamentar.

Leia a opinião da Folha na pág. A-2, no editorial "Imposto sem demagogia".

Leia mais notícias sobre as Comissões do Congresso Constituinte na pág. A-5.

FOLHA DE SÃO PAULO